**Vozes da Resistência: Juventudes, Reforma do Ensino Médio e as Ocupações Secundarista em Montes Claros – MG (2016)**

**XI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**A pesquisa em Educação: aprofundamento epistemológico e compromisso com as demandas sociais**

**31 mar., 1 e 2 abr. 2020 – Montes Claros (MG)**

**Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)**

**Sandy Gomes Pereira**

Unimontes/ Mestranda em Educação/ Bolsista CAPES

sandygomesp@hotmail.com

**Mônica Maria Teixeira Amorim**

Unimontes/ Doutora em Educação/ Profa do DMTE

monicamorimsa@hotmail.com

**Resumo**

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica e tem como objetivo, além do aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação para o Mundo do Trabalho e o exercício da Cidadania. (BRASIL, 1996). Contudo, o Ensino Médio ao longo de seu percurso histórico sofreu uma série de reformas, a mais recente em 2017, por meio da Lei 13.415/17, que trouxe mudanças significativas em suas estrutura e currículo. Tais mudanças suscitaram intensos debates sobre o significado da Escola Média, levando coletivos de estudantes em todo o país a ocuparem suas escolas, como forma de resistência. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar as percepções de jovens que no ano de 2016, participaram dos processos de ocupações ocorridos na cidade de Montes Claros – MG.

**Palavras-chave:** Juventudes. Reforma do Ensino Médio. Ocupações.

**Introdução**

O ano de 2016 foi intensamente marcado por significativas manifestações estudantis que aconteceram em todo o país. Juventudes, Reforma do Ensino Médio e Ocupações Secundaristas, foram temáticas que movimentaram as mídias brasileiras nesse período, onde movimentos de ocupação encabeçados por estudantes secundaristas, através de protestos e resistência, posicionaram-se contrariamente a uma série de medidas do Governo Federal e, também, do Governo Estadual em algumas localidades. Os movimentos de ocupação foram estabelecidos a partir da negativa de grupos de estudantes, professores, pais, profissionais da educação, organizações sindicais, dentre outros coletivos a algumas políticas de estado impostas, tanto em âmbito estadual como federal.

**Justificativa e Problema de Pesquisa**

A justificativa para a realização dessa pesquisa parte do princípio que os passos que são dados em torno da temática do Novo Ensino Médio ainda são, de certa forma, incipientes, visto que a Lei 13.415/17 (BRASIL, 2017) é recente e ainda se encontra em processo de implementação. Igualmente, consideramos importante, dar voz a esses estudantes que participaram dos movimentos de ocupações, por serem sujeitos que não ficaram à margem do processo de reforma, mas sim, tiveram atuação e protagonismo político ao se posicionarem e defenderem uma causa a partir de movimentos democráticos.

**Objetivos da Pesquisa**

A investigação objetiva analisar as percepções e as motivações que levaram jovens, no ano de 2016, a se engajarem nos processos de ocupações em duas escolas da cidade de Montes Claros – MG, em forma de protesto e resistência a imposição da Medida Provisória 746/16, que reformulou a etapa do Ensino Médio, sendo mais tarde convertida na Lei 13.415/17.

**Referêncial Teórico**

A atual reforma do Ensino Médio, por meio da Lei 13.415/17, iniciou-se com Medida Provisória 746/16, documento primeiro a dispor sobre as alterações na estrutura e no currículo do Ensino Médio. No âmbito do Direito, as Medidas Provisórias (MP), são documentos com força de Lei, editadas pelo Presidente da República e possuem efeito imediato, porém necessitam de aprovação do Congresso Nacional para que se converta em Lei. A MP em questão foi editada pelo ex-presidente Michel Temer, dias após assumir o cargo máximo de nosso país.

Em oposição a arbritariedade com que foi colocada a Lei, coletivos de estudantes ocuparam suas escolas no ano de 2016, em forrma de resitência a MP 746/16 e outras políticas dos Governos Estaduais e Federal. Groppo (2017), destaca então, que as ondas de ocupações acontecem em dois momentos. A primeira onda se estabelece no final de 2015 e início de 2016, como resistência a políticas educacionais dos governos estaduais de São Paulo, Goiás e Ceará; já no Rio de Janeiro os movimentos acontecem em apoio à greve dos professores. Destacamos aqui, o projeto intitulado “reorganização escolar”, no estado de São Paulo, que tinha entre uma de suas principais mudanças o fechamento de cerca de 100 escolas de Ensino Médio, o movimento tomou tamanhas proporções que apenas no estado de São Paulo, aproximadamente 200 escolas foram ocupadas. (GROPPO, 2017)

Já a segunda onda trazida por Groppo (2017), ocorre no final do ano de 2016, através de políticas como o Novo Regime Fiscal por meio da PEC 55/2016, mais conhecida como PEC do congelamento dos gastos públicos e, por fim, a MP 746/16, que regulamentou o novo Ensino Médio, posteriormente, sancionado por meio da Lei 13.415/17, e alvo aqui de nossas discussões. Groppo (2017), ainda nos traz que as ocupações em resistência a MP, iniciam-se no Paraná, onde mais de 800 escolas foram ocupadas, todavia, esse movimento ganha proporções nacionais, alcançando todas as regiões do nosso país e diversas Instituições de Ensino Superior (IES), que aderiram as pautas e as reivindicações da Educação Básica.

**Procedimentos Metodológicos**

O estudo será desenvolvido em dois momentos. No primeiro momento será realizada revisão bibliográfica onde, por meio do levantamento e análise da literatura produzida sobre o tema, trataremos da atual reforma do Ensino Médio, historicizando o processo de aprovação e implantação da lei 13.415/17, discutindo as principais implicações e mudanças ocorridas na estrutura e no currículo do Ensino Médio, após a promulgação dessa Lei. Além de, discutir os processos de ocupações estudantis no Brasil, no ano de 2016, conhecido ocmo primavera secundarista. No segundo momento, realizaremos pesquisa de campo, orientada por uma abordagem qualitativa, onde discutiremos os processos de ocupação realizados na cidade de Montes Claros, através da perspectiva e experiência de jovens que participaram dos movimentos de ocupação, sendo estes os sujeitos deste estudo. Para a coleta dos dados empíricos, consideramos a entrevista, pois entendemos como sendo este o instrumento mais adequado para que se cumprisse os fins pretendidos com essa pesquisa.

**Referências**

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura – *Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura – *Lei nº 13415/17*, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>

BRASIL. *Medida Provisória n. 746*, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>

GROPPO. L. A. *Ação coletiva e formação política: os coletivos juvenis e a ocupação de uma universidade no sul de Minas Gerais*. In: Reunião Anual da Anped, 38., 2017. São Luís-MA, 01 a 05 de outubro de 2017